

MYLENA FERNANDA GARCIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA:
LIMITES, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, do Departamento de Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profª. Msda. Erica Piovam de Ulhôa
Cintra

**CURITIBA
2003**

DEDICATÓRIA

Dedico esse singelo trabalho a todos aqueles que desejam trabalhar com pessoas com necessidades especiais e principalmente a eles, pessoas com necessidades especiais, sem os quais esse trabalho não existiria e aos quais possuo imenso carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíam para que eu concluísse a Licenciatura em Educação Física, em especial, ao meu marido Davi, que participou, deu sugestões e apoiou sempre o tema da educação especial, estimulando-me a continuar e dedicar-me cada vez mais nessa área.

Agradeço especialmente à minha orientadora, pela paciência e dedicação, tornando esta tarefa menos árdua.

Finalmente, agradeço a Deus, por sua justiça, paciência e amor infinitos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
1.0 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	4
2.0 REVISÃO DE LITERATURA.....	6
2.1. Alguns conceitos a respeito da pessoa com necessidades especiais.....	6
2.2 Documentos oficiais.....	8
2.3 A inclusão escolar e o papel do professor de Educação Física: o processo de ensino aprendizagem.....	9
2.4 A formação de professores de Educação Física: a situação paranaense.....	14
2.4.1 Componentes curriculares: UFPR, UPG, UEL, UEM	15
2.4.2 Análise dos dados.....	21
3.0 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
4.0 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXOS.....	31

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino e, como consequência nas aulas de Educação Física, já é realidade. Ao observar mais atentamente essa realidade, vejo quão importante pode ser o papel do professor no processo de ensino aprendizagem com este alunado diverso, em especial. A partir da realidade da inclusão, é necessário avaliar de que forma o processo educativo envolvido na inclusão está se dando e se os possíveis problemas são originários de falta de condições físicas ou da falta de formação e/ou qualificação dos professores envolvidos. Quanto a este último, o presente trabalho tem o que colaborar. Além de constatar a presença de disciplinas voltadas à educação especial nos currículos dos cursos de Educação Física das maiores universidades públicas paranaenses (UFPR, UEL, UEM e UEPG) e dados relevantes como obrigatoriedade das disciplinas ofertadas, carga horária, se existem aulas práticas, etc., o presente estudo deixa em aberto a questão da necessária observação acerca do tipo de atenção dada a tais disciplinas, no intuito de descobrir se são suficientes para preparar os futuros professores de Educação Física a trabalhar com turmas que possuam alunos com deficiência, permitindo também reconhecer alguns limites e possibilidades para o trabalho inclusivo no exercício do seu magistério. Muitas indagações permanecem e poucas conclusões são adquiridas, ficando portanto o espaço para reflexão sobre a necessidade de se ampliar o número de disciplinas voltadas ao ensino especial, desmistificar a pessoa com deficiência e transformar o processo que está ocorrendo em algumas escolas sob a bandeira da inclusão na verdadeira inclusão proposta por lei.

Palavras-chave: inclusão; aluno com necessidades especiais; professor de educação física

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais (PNE's) na rede regular de ensino e, como consequência nas aulas de Educação Física, já é realidade. Ao observar mais atentamente essa realidade, vejo quão importante pode ser o papel do professor no processo de ensino aprendizagem com esta clientela diversa, em especial. Ao dizer professor, penso naquele ou naquela que irá mediar o processo educativo em sala de aula e aquele ou aquela cujas atitudes, estratégias e comportamento podem se tornar referências, exemplos, de atitudes consideradas corretas para os seus alunos. Nesta situação, o professor apresenta importância singular na formação educacional de seus alunos.

A partir deste entendimento, volto a uma experiência pessoal durante a minha formação, em curso, em Educação Física na Universidade Federal do Paraná e que foi decisiva para o surgimento deste estudo. O trabalho de estágio realizado na disciplina de Prática de Ensino (UFPR, 2002), do Setor de Educação, possibilitou-me o acesso a uma instituição escolar e o acompanhamento do cotidiano e da dinâmica escolar relativa ao curso de Licenciatura. O objetivo da atividade foi o de oportunizar uma vivência o mais próximo ao futuro cotidiano de atuação. Assim, acompanhei as aulas de Educação Física na Escola Estadual Elias Abraão (Curitiba-PR).

Nesta escola, havia uma turma composta por 37 (trinta e sete) alunos, sendo 7 (sete) deles possuidores de deficiências mentais variadas. De imediato, a diversidade deste alunado chamou minha atenção e me instigou a observação mais pormenorizada do processo de ensino-aprendizagem, neste contexto escolar. Interessava-me compreender como o professor desenvolveria suas aulas com todos os alunos, e se haveria alguma espécie de atendimento especial aos alunos com necessidades especiais, ali presentes. Procurei então verificar, no decurso das aulas, se o professor demonstraria ter conhecimentos sobre o trabalho com pessoas especiais, noções de inclusão escolar ou mesmo um cuidado com a integração destes alunos com

deficiência ao grande grupo. Até mesmo, se o professor, no compromisso de seu trabalho educativo, planejava suas aulas preocupando-se em oferecer recursos variados e estratégias e atividades que integrassem todos os alunos e possibilitassem a participação dos alunos com necessidades especiais.

Apesar de ter observado poucas aulas¹, foi possível deduzir que a professora tinha consciência dos progressos apresentados pelos alunos com necessidades especiais, mas mesmo durante as atividades desenvolvidas por nós, a professora não procurava atender de forma satisfatória as necessidades dos alunos da turma especial.

O que apurei com a presença constante nas aulas e com o tempo, surpreendeu-me, e ao mesmo tempo, despertou uma vontade de refletir mais sobre o assunto e desenvolver uma investigação mais aprofundada com alguém da área, ao perceber na prática, que esses alunos podem e devem ser auxiliados ao máximo, para que suas capacidades e potencialidades sejam alcançadas e estimuladas.

Acompanhando as atividades em Educação Física, num total de quase quatro meses, entre julho e dezembro de 2002, observei que os alunos, deste grupo de crianças especiais, apresentou consideráveis progressos motores sem no entanto haver uma participação mais efetiva por parte do professor de Educação Física em sua prática.

A partir dessa constatação questionava-me: se, mesmo sem o auxílio do professor, esses alunos especiais ou mesmo, alunos com necessidades educacionais especiais, apresentaram consideráveis progressos tanto no aspecto motor quanto afetivo em relação às outras crianças, como teria sido esse progresso caso o professor demonstrasse maior interesse em propiciar a esses alunos estímulos e auxílios que procurassem desenvolver ainda mais suas potencialidades? Que outras conquistas poderiam ter sido alcançadas? E, assim, trabalhando com um alunado diferenciado, o que caberia ao professor de Educação Física? Poderia estar atento a que aspectos do processo de ensino aprendizagem?

¹ O período de observação foi de apenas três aulas (semanas) e o restante do tempo foi composto de atividades propostas por mim e por um colega de faculdade, onde as informações mais completas sobre essa experiência encontram-se no anexo 1.

Estes questionamentos, que tiveram sua gênese em atividade de disciplina pedagógica, ganharam aqui seu merecido espaço para discussão, apreensão de novos conhecimentos e reflexão.

Pretende-se com este estudo, entender mais sobre a inclusão escolar, os alunos com necessidades especiais e o papel do professor de Educação Física no processo de ensino aprendizagem com esta demanda diferenciada. Não quero fazer aqui uma defesa desmedida sobre o questionável processo que vem sendo realizado nas escolas públicas sob a bandeira da inclusão, mas compreender as possibilidades de um trabalho inclusivo em Educação Física.

Neste trabalho, o leitor encontrará discussões a respeito de terminologias mais atuais; alguns documentos oficiais que procuraram melhorar a situação e aumentar direitos às pessoas com necessidades especiais; dados sobre a formação dos professores de educação física nas Universidades públicas do estado do Paraná; uma breve discussão a respeito dos dados encontrados; a questão da inclusão e, juntamente com essa questão, sugestões de como pode o professor de Educação Física atuar de forma tranqüila com seus alunos com deficiência em turmas regulares de ensino.

Neste sentido, o presente estudo apresenta informações sobre a própria formação dos professores de Educação Física em cursos de nível superior, a fim de verificar a existência e o número de disciplinas que colaborem para a formação de licenciandos nesta área. Para tanto, defini como fonte de informações, o currículo dos cursos de Educação Física das principais universidades públicas do Estado do Paraná².

O que se procura fazer também é verificar se esta preocupação demonstrada nos relatórios dos Fóruns deu-se na prática, ou seja, na formação dos professores. E, especialmente, na formação de professores de Educação Física.

Entende-se que se o licenciando, no momento de sua formação, tem acesso a componentes curriculares que tratem sobre o tema, esta preparação pode tornar-se um diferencial para o exercício do seu magistério, em classes comuns de ensino. E,

² Segundo registros dos Fóruns das IES (Instituições de Ensino Superior) sobre Educação Especial que ocorreram no período de 21-22/11/1997, as universidades públicas paranaenses destacaram-se, nos anos finais da década de 1990, como instituições que se preocuparam com a formação de seus educadores, nesta sensibilidade.

portanto, um diferencial para o desenvolvimento de um possível trabalho educativo inclusivo.

Pretendendo verificar se o comportamento do professor em relação aos alunos com deficiência é advindo do despreparo acadêmico ou do receio em trabalhar e conviver com esses alunos, proponho consultar os currículos de graduação das universidades públicas do estado do Paraná. Caso seja constatada a presença de disciplinas voltadas à educação especial ou atividade motora adaptada, torna-se necessária uma observação mais atenta à conduta desses professores que recebem preparo para trabalhar com alunos com deficiência e que mesmo assim consideram-se inaptos por alguma razão.

Como afirma GLAT (1999, p.15) “A educação é uma condição formadora essencial ao desenvolvimento humano, e um dos principais espaços sociais possíveis para sua construção é a escola.” Sendo, portanto, a escola esse lugar destinado a propiciar essas relações de interação, integração e formar cidadãos, compreende-se como necessário preparar melhor os profissionais da educação para que o processo de inclusão não seja apenas um processo de “misturação” de alunos “normais” com alunos com necessidades especiais.

Tendo em vista esses pontos apresentados, o presente trabalho visa contribuir também para integrar as discussões nas áreas da Educação, da Educação Física e da Educação Especial.

1.2 Objetivos

- ✓ Realizar pesquisa bibliográfica a fim de reunir informações sobre a inclusão escolar e o papel do professor de Educação Física no processo de ensino aprendizagem com a demanda diferenciada composta por alunos com necessidades especiais, no ensino comum;

- ✓ Coletar dados via *internet*, das principais instituições de ensino superior públicas e paranaenses, componentes curriculares que informem a existência de disciplinas sobre a temática em cursos de formação de professores de Educação Física, a fim de mapear e reunir dados que contribuam para a reflexão sobre a formação destes professores para a rede comum de ensino;
- ✓ Cruzar dados advindos da coleta de dados na *internet* sobre o currículo dos cursos de Educação Física com documentos oficiais provenientes da legislação brasileira referentes ao tema;
- ✓ Compreender os limites e possibilidades de um trabalho inclusivo em Educação Física nos espaços escolares comuns de ensino;
- ✓ Colaborar com estudo integrado entre as áreas da Educação, Educação Física e Educação Especial.

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Alguns conceitos a respeito da pessoa com necessidades especiais

Antes de aprofundar a questão do professor de Educação Física mediante a inclusão que vem ocorrendo em certas escolas públicas e até mesmo privadas, penso ser necessária uma pequena abordagem acerca dos termos como inclusão, integração, exclusão, pessoas com necessidades especiais, deficiência, incapacidade, etc, tão presentes no meio da educação especial e até mesmo permeando a escola regular.

Muito se tem discutido sobre qual conceito melhor expressa aquele que possui necessidades especiais, e a este respeito compreendo que ‘pessoa com necessidades especiais’ é todo e qualquer indivíduo que necessite de adaptações físicas (arquitetônicas e de mobiliário), educacionais (curriculares, metodológicas, didáticas), ou atitudinais (preconceitos), que interferem no seu direito de ir e vir e participar com autonomia, qualidade de vida, dignidade e respeito da sociedade do qual faz parte.

A definição de deficiência, citada por Carvalho (2000 p.39) é a adotada pela XXIII Conferência Sanitária Panamericana³, onde deficiência é “qualquer perda de função psicológica ou anatômica. Tem como características: anormalidades temporárias ou permanentes em membros, órgãos, ou outra estrutura do corpo, inclusive os sistemas próprios da função mental”.

O uso de ‘pessoa com deficiência’, neste estudo, tem conotação a esta menção, desvinculada da imagem preconcebida pela sociedade, em que a palavra deficiência vem associada à incapacidade, incompetência e outros termos pejorativos e depreciativos, estigmatizando o indivíduo com necessidades especiais.

No decorrer do tempo, tendências e termos vêm e vão, porém revelam a tentativa de diminuir o preconceito e o rótulo existente em relação às pessoas com deficiência, à seu tempo. Portanto, para este estudo, optou-se por considerar as seguintes terminologias como aquelas que melhor identifiquem o público do qual trata

³ A Conferência Sanitária Panamericana ocorreu em Washington, em 1990, promovida pela Organização panamericana de Saúde (OPS), da Organização Mundial de saúde (OMS).

o estudo: ‘pessoa/aluno com deficiência’ e ‘pessoa com necessidades especiais’. Estas opções procuram acompanhar também, a terminologia corrente e atualizada nas áreas educacional e legislativa brasileiras.

Creditando também a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela assembléia Geral da ONU em 1975, em que Duarte e Werner *apud* Cidade e Freitas (1997, p. 13), informam que “pessoas portadoras de deficiência são seres que possuem potencialidades, limitações e diferenças que os constituem como um ser ímpar”.

Ao utilizar o conceito de pessoa com necessidades especiais, pode-se dizer que todas as pessoas (de uma forma ou de outra) acabam se encaixando nesse conceito, pois umas precisam de óculos para poder enxergar melhor, outras precisam de atividades físicas de baixa intensidade devido a problemas cardíacos, outros não podem ingerir açúcar,... Se formos nos deter a esse termo tão abrangente, não chegaremos a lugar algum, e forçosamente chegaremos à conclusão de que todos somos portadores de necessidades especiais (uns mais, outros menos).

Não se pode deixar de citar os termos de inclusão e integração de alunos com deficiências. Integração refere-se à inserção dos alunos com deficiências em escolas regulares, sem fazer qualquer menção à escola se adaptar para receber esses alunos; já o termo inclusão vai mais além da simples colocação desses alunos em escolas regulares, para o convívio deles entre os alunos ditos “normais” no ambiente escolar, pois inserir crianças com deficiências nas escolas é algo que já ocorre, mas garantir que essas crianças não sejam discriminadas ou mesmo isoladas no ambiente da escola regular é algo bem mais delicado e que exige preparo tanto por parte dos professores quanto dos próprios alunos que poderão aprender a conviver com pessoas diferentes sem discriminá-las.

Outro termo bastante utilizado dentro da educação especial é o de “pessoa com necessidades educativas especiais”. Para Carvalho (1998 p.107), o termo “pessoa com necessidades educativas especiais” é muito abrangente e não quer dizer que se refira a alunos com deficiências (do tipo mental, física, etc), pois que aluno, ao longo

de seu percurso escolar, nunca apresentou (de forma permanente ou passageira) necessidades educativas especiais?

2.2 Documentos oficiais

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação 9394/96 apresenta várias mudanças e progressos no que diz respeito à educação especial, destinando um capítulo todo somente à educação especial.

A nova LDB 9394/93 preconiza que o atendimento educacional será feito preferencialmente em escolas regulares, exceto para aqueles que, em virtude de suas condições específicas, não possam ser integrados em classes de ensino regular. O inciso segundo do artigo 58⁴ deixa claro que a tendência é aumentar cada vez mais o número de alunos com necessidades especiais no ensino regular, exigindo das escolas e dos professores, significativas mudanças.

Nessa mesma lei, o artigo 59 trata dos pontos assegurados aos educandos com necessidades especiais, como propiciar aos alunos, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Para que esses professores do ensino regular estejam capacitados para receber alunos com deficiência, é necessário tomar medidas mais efetivas, que atinjam senão todos, pelo menos a maioria dos professores da rede de ensino fundamental e superior.

A portaria nº319 de fevereiro de 1999 cria a Comissão Brasileira do Braille, vinculada à Secretaria de Educação especial/SEESP outorgando diversos deveres, como prestar assistência técnica às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como a entidades públicas e privadas, sobre questões relativas ao uso do Sistema

⁴ “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Braille, manter intercâmbio permanente com comissões de Braille de outros países de acordo com as recomendações de unificação do Sistema Braille em nível internacional, etc.

A portaria nº 1679 dezembro de 1999 determina normas para permitir o livre acesso, circulação e utilização das instituições de nível superior, dentre elas a eliminação de barreiras arquitetônicas, adaptação de banheiros, rampas, corrimãos, etc para pessoas com deficiência física; lupas, régua de leitura, máquina de datilografia em Braille, scanner acoplado ao computador e outros materiais para pessoas com deficiência visual; intérpretes de língua de sinais, materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos, etc para pessoas com deficiência auditiva.

Inúmeras outras portarias, decretos e minutas de portarias, a partir dos anos 90 foram publicados, sendo um indício de constantes preocupações para com esse público tão numeroso (os dados mais atuais sobre deficiência estão em torno de 15%, da população total segundo a Organização Mundial de Saúde, número esse bastante representativo).

O fato de já ter havido tantos documentos oficiais voltados à “defesa” dos direitos das pessoas com necessidades especiais não significa que os problemas foram resolvidos; muito pelo contrário, constantemente encontramos locais que não oferecem estrutura arquitetônica para cadeirantes, formação adequada aos professores de ensino especial e muitas outras irregularidades.

As normas já existem, agora é necessário colocá-las em prática.

2.3 A inclusão escolar e o papel do professor de Educação Física: o processo de ensino aprendizagem

Mazzotta (1987 p.118) coloca que “Ao educador não cabe o papel de mero executor de currículos e programas pré-determinados, mas sim de alguém que tem condições de escolher atividades, conteúdos ou experiências que sejam mais

adequadas para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, tendo em conta seu nível e suas capacidades”.

Considerando essa afirmação e as observações feitas na escola durante o período de Prática de Ensino, avalia-se que o professor de Educação Física apresente importância no processo de ensino-aprendizagem. Analisar simplesmente se a inclusão funciona ou não já é algo ultrapassado; mas para que ela funcione é necessário que haja investimentos tanto a nível estrutural das escolas quanto na capacitação e estímulo aos professores que devem estar preparados para trabalhar com turmas que possuam alunos com deficiência.

Nesse sentido, o presente trabalho procura enfocar o papel do professor como peça fundamental no processo positivo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

A partir da realidade da inclusão, é necessário avaliar de que forma o processo educativo envolvido na inclusão está se dando e se os possíveis problemas são originários de falta de condições físicas (materiais nas escolas, barreiras arquitetônicas e atitudinais) ou de falta de formação e/ou qualificação dos professores envolvidos.

Quanto a este último, o presente trabalho tem o que colaborar. Além de constatar a presença de disciplinas voltadas à educação especial nos currículos dos cursos de Educação Física das universidades públicas paranaenses, o presente estudo deixa em aberto a seguinte questão: a necessária observação acerca do tipo de atenção dada a tais disciplinas, no intuito de descobrir se são suficientes para preparar os futuros professores de Educação Física a trabalhar com turmas que possuam alunos com deficiência. Talvez somente os licenciados formados por estas instituições possam responder.

Mas, o questionamento em relação a essa ausência ou não de preparo na formação dos professores assume certa relevância quando olhamos para as escolas hoje e nos deparamos com atitudes e comportamentos de professores graduados que optam pela manutenção de estigmas e preconceitos gerados em relação a esses alunos especiais, tornando a escola inclusiva apenas um local onde a criança com deficiência

é colocada com crianças “normais”, sem a preocupação com a real integração entre elas. Glat (1999) constata a insegurança advinda das professoras de turmas especiais⁵ em escolas comuns em seu trabalho, onde inúmeros depoimentos de professoras da rede pública de diversas partes do país se sentem despreparadas para trabalhar com o ensino especial, afirmando ainda que os cursos de capacitação oferecidos pelo Estado não são suficientes para prepará-las de acordo com as necessidades que acabam ocorrendo no ambiente escolar.

Além da constatação de disciplinas voltadas à educação especial, torna-se necessária uma observação à cerca do tipo de atenção dada a tais disciplinas, no intuito de descobrir se são suficientes para preparar os futuros professores de Educação Física a trabalhar com turmas que possuam alunos com deficiência.

O trabalho com a educação implica em levar em conta os limites e os potenciais (as possibilidades) de cada um, sabendo que esses limites e potenciais/possibilidades são diferentes de aluno para aluno e que devem ser respeitados, estimulando as potencialidades de cada um (deficiente ou não) e proporcionando a real integração dos alunos com deficiência com as crianças ditas normais. Mas, se o professor de Educação Física não sabe como lidar com alunos com deficiência, como ele irá integrá-lo, estimulá-lo e ainda desenvolver seu trabalho?

Como afirma Glat (1999, p.15) “A educação é uma condição formadora essencial ao desenvolvimento humano, e um dos principais espaços sociais possíveis para sua construção é a escola.” Sendo a escola esse lugar destinado a propiciar essas relações de interação, integração e formar cidadãos, faz-se necessário preparar melhor os profissionais da educação para que o processo de inclusão não seja apenas um processo de “misturação” de alunos “normais” com alunos com deficiência.

Tendo em vista todos esses pontos apresentados, o presente trabalho visa contribuir com o entendimento do profissional da educação (sendo ele da Educação

⁵ As turmas especiais estão presentes em escolas regulares, funcionando como escolas especiais, onde os alunos com deficiência freqüentam essas turmas e, esporadicamente, freqüentam aulas como Educação Física, Artes e etc. juntamente com alunos do ensino regular. A proposta da inclusão não é a manutenção de classes especiais, mas salas de recursos, e que os alunos com necessidades especiais participem do âmbito escolar em salas comuns de ensino.

Física ou não) no intuito de possibilitar uma mudança de atitude deste, em relação aos alunos com deficiência.

Muitas críticas têm sido feitas a respeito da má formação e do despreparo que os acadêmicos apresentam ao deixar a universidade, mas sabe-se que, para que uma pessoa considere-se apta para trabalhar em determinada atividade, é necessário que hajam experiências que possibilitem o contato desses acadêmicos com a atividade em questão, seja em forma de micro estágios ou de atividades isoladas, pois não existe uma forma mais eficiente de proporcionar aprendizado senão o contato direto com o tema a ser trabalhado.

Considerando isso, vemos como é fundamental o papel do professor de Educação Física, pois no momento de suas aulas, que são as que propiciam maior contato entre os alunos em relação as outras disciplinas, é necessário que o professor saiba como proceder o contato entre os alunos com deficiências e os ditos “normais”, a fim de melhorar o convívio e desmistificar preconceitos advindos da ignorância⁶ ou mesmo de idéias errôneas ensinadas pela família ou mesmo pela sociedade.

Se esse professor não é capaz de interagir com esse alunado especial, de que forma ele pretenderá ensiná-lo? Devemos levar em conta que inúmeras atitudes são capazes de piorar a imagem e o processo de inclusão, enquanto que várias outras são capazes de mudar concepções, promover a inclusão, alcançar a aprendizagem por parte do aluno e contribuir para uma formação mais justa e mais igualitária tanto para os alunos com deficiência quanto para os alunos ditos normais.

O professor, ao intermediar e promover esse contato, permite aos alunos ditos “normais”, perceberem que o fato de seu colega ser diferente, por alguma razão, não significa que ele seja incapaz de realizar atividades em conjunto, pois se esses alunos com necessidades especiais apresentam limitações e dificuldades, com certeza também possuem potencialidades e qualidades que devem ser identificadas e estimuladas.

⁶ Segundo dicionário Aurélio Bueno, ignorância é: condição de quem não é instruído; falta de saber; ausência de conhecimentos; estado de quem ignora ou desconhece alguma coisa, não tem conhecimento dela.

Cabe ao professor promover a integração e conseqüente inclusão dos alunos com necessidades especiais com o restante da turma, pois ele detém a proposta das atividades a através de diversas formas poderá promover essa inclusão de uma forma tranqüila, desmistificando a idéia de que “lugar de deficiente é em casa ou em escolas especiais”.

Com atitudes bastante simples o professor pode trabalhar com turmas regulares que apresentem alunos com necessidades especiais sem precisar mudar por completo suas aulas e muito menos deixar esse aluno como mero observador das aulas de Educação Física.

No intuito de auxiliar aqueles que não possuem qualquer intimidade no trato com alunos com deficiência, procurei trazer algumas dicas simples de como tratar com esse alunado especial.

1. Não trate o aluno como um incapaz. Aproxime-se dele e descubra seus limites, possibilidades;
2. Encontre maneiras de propiciar o entendimento das atividades propostas, considerando que cada deficiência apresenta limites e possibilidades que devem ser observados no intuito de melhorar a comunicação;
3. Procure ler e manter-se informado sobre cursos básicos, principalmente de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), caso hajam alunos com deficiência auditiva em suas turmas;
4. Mantenha-se informado sobre inclusão, deficiência e assuntos relacionados, para que você se sinta mais seguro ao trabalhar com alunos com deficiência;
5. Evite ficar longe desses alunos, para facilitar a comunicação e otimizar possíveis correções;

Certamente essas sugestões de como lidar com alunos com necessidades especiais não se tratam de novidades nem mesmo de soluções para todos os problemas que surgirão; mas apenas uma maneira singela de minimizar a grande quantidade de

atitudes negativas existentes por parte tanto dos professores quanto da sociedade em geral, ao se deparar com pessoas com necessidades especiais.

Infelizmente encontramos ainda hoje, pessoas instruídas que possuem medo de chegar perto de pessoas com necessidades especiais, pois, como cita Glat (1995, p. 33),

“...simbolicamente, o deficiente representa o lado oculto de nossa personalidade (ou melhor dizendo, um dos lados ocultos). Ele é a incorporação concreta de tudo aquilo que tememos sobre nós mesmos, e que na nossa vida cotidiana gostamos de imaginar que não existe. Essa visão introspectiva que o deficiente reflete nos assusta e enraivece (quer tenhamos consciência desses sentimentos ou não). Então, para não vermos mais nossa imagem caricaturada, temos vontade de quebrar ou esconder o espelho! Por isso é tão difícil aceitar o deficiente igual a nós; porque aceitá-lo significa aceitar nossa própria imperfeição e alteridade.

2.4 A formação de professores de Educação Física: a situação paranaense

Quando analisamos o papel do professor, torna-se importante a verificação da formação recebida por esse professor, pois essa formação irá contribuir ou prejudicar sua atitude com seus alunos (especiais ou não).

Ao se falar em preparo dos profissionais da Educação Física, no que diz respeito ao trabalho com alunos com necessidades especiais, pensei ser importante investigar a oferta de disciplinas relacionadas à temática nos cursos que formam estes profissionais. Será que estariam oferecendo disciplinas a contento? Estas disciplinas seriam obrigatórias ou optativas? Em que período de formação se dá a oferta destas disciplinas? Quantas formam o quadro teórico destes futuros profissionais? Qual a carga horária total destas disciplinas e em quanto corresponde ao curso geral do licenciando?

Estas questões povoaram minha mente antes da coleta dos dados. Sob experiência própria pensei que não encontraria disciplinas voltadas à educação especial, tendo como referência minha própria formação na UFPR, pois nela não obtive contato algum com disciplinas que tratassem de educação especial ou atividade motora adaptada, pois o currículo ofertado ainda era antigo (datado de 1976) e a única disciplina ofertada foi uma optativa de 60 horas. Meu contato com a área da educação

especial se deu por conta da participação em um projeto⁷ da UFPR, que proporcionou novas experiências e contatos com alunos com necessidades especiais.

Por isso, conhecer o universo de outras instituições também públicas e paranaenses, além de delimitarem o campo de investigação, permitem realizar uma breve análise comparativa da situação no Estado do Paraná. Como está a formação de professores de Educação Física no que diz respeito ao seu preparo frente ao trabalho educativo com crianças e jovens com necessidades especiais?

Somente tendo acesso a estas informações, por meio da investigação, é que estarei tendo acesso à compreensão de como vem sendo tratada esta temática no campo disciplinar e, conseqüentemente, na formação ofertada aos licenciandos em Educação Física.

Sendo a proposta desse trabalho analisar o papel do professor de Educação Física no processo de ensino aprendizagem com alunos com necessidades especiais, investigar sua formação permitirá também reconhecer alguns limites e possibilidades para o trabalho inclusivo no exercício do seu magistério.

Certamente, o mais importante aqui, nesse trabalho, é a contribuição no que diz respeito às atitudes do professor de Educação Física frente à realidade da inclusão em turmas regulares, numa tentativa de minimizar surpresas desagradáveis e atitudes estigmatizantes.

2.4.1 Componentes curriculares: UFPR, UEL, UEM e UEPG

A partir de consultas realizadas a *Internet*⁸, buscou-se localizar as grades curriculares dos cursos de Educação Física oferecidos pelas seguintes instituições públicas paranaenses: Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de

⁷ Atividade Motora Adaptada: Ginástica Olímpica para Portadores de Deficiência Visual, sob coordenação do Prof. Cláudio P. Marques, nos anos de 2001 e 2002.

⁸ O uso da internet como fonte de pesquisa se deu por várias razões: velocidade em obter os dados necessários, situação econômica (que impede o deslocamento até as instituições) e facilidade de acesso. A confiabilidade nesses dados não são questionáveis, pois são dados oficiais das próprias instituições, garantindo assim, sua veracidade.

Londrina, Universidade estadual de Maringá e Universidade Estadual de Ponta Grossa⁹.

Além da questão da obrigatoriedade das disciplinas ofertadas, outros quesitos foram levados em consideração, como o período em que a disciplina é ofertada, sua carga horária, se existem aulas práticas, quando foi implantado o currículo e a duração do curso.

As categorias apresentadas no quadro foram escolhidas tendo em vista sua importância para melhor situar o leitor e sua relevância perante o tema discutido, a fim de melhor embasar o texto.

A presente consulta, desconsiderou a ementa das disciplinas, pois esta seria uma discussão suficiente para dar origem a outros estudos.

✓ Universidade Federal do Paraná¹⁰

A Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912, conta com o curso de Educação Física desde 1977.

O novo currículo em vigor separa o curso de Educação Física em quatro aprofundamentos, onde cada um deles direciona para áreas diferentes, sendo elas: aprofundamento em licenciatura, aprofundamento em lazer, aprofundamento em esportes e aprofundamento em atividades físicas e saúde.

Nas disciplinas comuns a todos os aprofundamentos, existe a disciplina de Introdução à Educação Física Adaptada, e no aprofundamento em licenciatura oferta-se a disciplina de Bases Metodológicas da educação Física Adaptada.

A grade curricular é composta de 32 disciplinas de núcleo comum, e 41 disciplinas de núcleo específico, sendo uma de núcleo comum e uma de núcleo específico a tratarem do tema de educação Física Adaptada.

⁹ Os currículos consultados *on-line*, da UFPR, UEPG, UEL e UEM, encontram-se, na íntegra, nos anexos XXX.

¹⁰ A partir de documentos consultados *on-line*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Coordenação do Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física: 2003**. Disponível em: <<http://www.prograd.ufpr.br/catalogo/grades/grade.htm>> Acesso em: 05 de outubro de 2003.

Nesta pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: nome da disciplina, se ela é obrigatória ou optativa, o período (ano) em que a disciplina é ofertada, a duração do curso, o regime (anual ou semestral), a carga horária, a quantidade de horas semanais, o ano de implantação do currículo e se existem aulas práticas dentro da disciplina.

A consulta realizada no mês de agosto do ano corrente permitiu recolher as informações que constam no quadro, a seguir.

Quadro 1 – Disciplina ofertada pela Universidade Federal do Paraná

Disciplina	Obrigatória /optativa	Período em que cursa	Duração do curso	Regime	Carga horária	Horas semanais	Implantação do currículo	Aulas práticas
Introdução à Ed. Física Adaptada	Obrigatória	2º ano	Quatro anos	Anual	60 horas	Duas	2002	Sim (uma semanal)
Bases Metodológicas da Educação Física Adaptada	Obrigatória	4º ano	Quatro anos	Anual	60 horas	Duas	2002	Sim (uma semanal)

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Coordenação do Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física: 2003.** Disponível em: <<http://www.prograd.ufpr.br/catalogo/grades/grade.htm>> Acesso em: 05 de outubro de 2003. Consulta *on line*.

A disciplina denominada “Introdução à educação física adaptada” procura fornecer aos alunos a realidade da presença de pessoas com necessidades especiais, porém, voltada à prática da atividade física e de como melhor adaptá-la para esses alunos. O fato de ela ser obrigatória é bastante pertinente, haja vista o fato da inclusão já estar presente em lei (LDB9394/96) e por se tratar de um conteúdo necessário à formação dos futuros professores de educação física.

Um fato relevante constatado é a presença dessa disciplina no segundo ano do curso, algo que talvez fosse mais proveitoso e interessante estivesse no terceiro ou quarto ano da graduação, considerando a própria maturidade do acadêmico e o conhecimento já adquirido até ali, que no caso é ainda insipiente.

A carga horária da disciplina é de apenas duas horas semanais, tanto para a disciplina do núcleo comum (Introdução à educação física adaptada) quanto a do aprofundamento em licenciatura (Bases Metodológicas da Educação Física Adaptada).

O fato do currículo ser bastante recente tem influência, pois ainda está em fase de implantação, adaptação e melhoria tanto da ementa da disciplina quanto de seu andamento e conteúdo.

O curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, em cada aprofundamento, é composto de 2.070 horas, sendo que 60 destas são destinadas ao aprendizado de educação especial (no caso dos aprofundamentos em lazer, esportes e atividades físicas e saúde) e 120 no aprofundamento em Licenciatura. Em termos percentuais, isso representa 2,89 e 5,78% respectivamente da totalidade do curso.

✓ Universidade Estadual de Londrina¹¹

A grade curricular é composta de 47 disciplinas, sendo apenas uma disciplina voltada para a educação especial, denominada “Educação Especial A”.

Nesta pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: nome da disciplina, se ela é obrigatória ou optativa, o período/ano em que a disciplina é ofertada, a duração do curso, o regime (anual ou semestral), a carga horária, a quantidade de horas semanais, o ano de implantação do currículo e se existem aulas práticas dentro da disciplina.

A consulta realizada no mês de agosto do ano corrente permitiu recolher as informações que constam no quadro, a seguir.

Considerando que o curso é composto 3.366 horas e dessas, apenas 68 são voltadas à educação especial, o que em termos percentuais representa apenas 2,02% da totalidade do curso.

Quadro 2 – Disciplina ofertada pela Universidade Estadual de Londrina

Disciplina	Obrigatória /optativa	Período em que cursa	Duração do curso	Regime	Carga horária	Horas semanais	Implantação do currículo	Aulas práticas
Educação Especial A	Obrigatória	4º ano (d e n)	4 anos(d) 5 anos(n)	Anual	68 horas	Duas	1992	Não

¹¹ A partir de documentos consultados *on-line*: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Coordenadoria de Ensino de graduação. Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física**. Disponível em http://www.uel.br/cae/cursos_de_graduacao > Acesso em: outubro de 2003.

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Coordenadoria de Ensino de graduação. Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física**. Disponível em http://www.uel.br/cae/cursos_de_graduacao > Acesso em: 03 outubro de 2003.

A disciplina denominada “Educação Especial” é ministrada no primeiro ano do curso, tanto diurno quanto noturno, de regime anual, com sessenta e oito horas anuais, resultando assim, em duas horas semanais.

O ano de implantação do currículo, 1992, mostra que é um currículo atual, porém a ausência de aulas práticas recorre em certo erro, pois impede o contato dos acadêmicos com pessoas com necessidades especiais.

O fato da disciplina ser cursada no quarto ano é bastante pertinente, pois nesse momento, o acadêmico está teoricamente mais preparado, pois já cursou grande parte das disciplinas.

✓ Universidade Estadual de Maringá¹²

O curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá foi criado em 1972, sendo reconhecido em setembro de 1976, pelo Decreto Federal nº 78.430.

A grade curricular é composta de 33 disciplinas, sendo apenas uma disciplina voltada para a educação especial, denominada “Educação Física Adaptada”.

Nesta pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: nome da disciplina, se ela é obrigatória ou optativa, o período/ano em que a disciplina é ofertada, a duração do curso, o regime (anual ou semestral), a carga horária, a quantidade de horas semanais, o ano de implantação do currículo e se existem aulas práticas dentro da disciplina.

O curso de educação Física da Universidade estadual de Maringá possui uma grade curricular de 3170 horas, das quais 102 são voltadas à disciplina de Educação Física Adaptada, representando, em termos percentuais, 3,21% da totalidade das horas a serem cumpridas pelo acadêmico.

¹² A partir de documentos consultados *on-line*: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física**. Disponível em <http://www.pen.uem.br/cursos/edf> > Acesso em: 05 de outubro de 2003.

A consulta realizada no mês de agosto do ano corrente permitiu recolher as informações que constam no quadro, a seguir.

Quadro 3 – Disciplina ofertada pela Universidade Estadual de Maringá

Disciplina	Obrigatória /optativa	Período em que cursa	Duração do curso	Regime	Carga horária	Horas semanais	Implantação do currículo	Aulas práticas
Educação Física Adaptada	Obrigatória	4º ano (<i>d</i>) 5º ano (<i>n</i>)	4 anos (<i>d</i>) 5 anos (<i>n</i>)	Anual	102 horas	Três horas	1994	Não

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Curso de Educação Física. **Currículo do Curso de Educação Física**. Disponível em <http://www.pen.uem.br/cursos/edf> > Acesso em: 03 outubro de 2003.

A disciplina de educação Física Adaptada, cursada no último ano do curso da graduação, de regime anual, possui 102 horas anuais, compondo assim, três horas semanais.

O fato da disciplina ser cursada no último ano do curso, proporciona ao aluno melhor aproveitamento, considerando que já cursou quase a totalidade das disciplinas ofertadas.

O ano de implantação do currículo reflete seu caráter recente e atual, de forma que suas disciplinas acompanham as mudanças e atualizações nos conteúdos propostos; porém a presença de apenas duas aulas semanais e a ausência de aulas práticas demonstra a pouca preocupação da instituição com a questão da inclusão de alunos com necessidades especiais nas turmas regulares de Educação Física.

✓ Universidade Estadual de Ponta Grossa¹³

¹³ A partir de documentos consultados *on-line*: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Curso de Educação Física. **Disciplinas do Curso de Educação Física**. Disponível em <http://www.uepg.br/departamentos/dedufis/disciplinas.htm> > Acesso em: setembro de 2003.

O Curso de Licenciatura em Educação Física foi criado nos anos de 1973/74, sendo reconhecido através do Decreto 82.413 de 16 de outubro de 1978, entretanto, a criação do Departamento de Educação Física só ocorreu em 1987.

A grade do curso de Educação Física é composta por 32 disciplinas, sendo que apenas uma delas é voltada para o ensino especial, denominada “Educação Física Especial”.

Nesta pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: nome da disciplina, se ela é obrigatória ou optativa, o período/ano em que a disciplina é ofertada, a duração do curso, o regime (anual ou semestral), a carga horária, a quantidade de horas semanais, o ano de implantação do currículo e se existem aulas práticas dentro da disciplina.

A consulta realizada no mês de setembro do ano corrente permitiu recolher as seguintes informações do quadro a seguir:

Quadro 4 – Disciplina ofertada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa ¹⁴

Disciplina	Obrigatória /optativa	Período em que cursa	Duração do curso	Regime	Carga horária	Horas semanais	Implantação do currículo	Aulas práticas
Educação Física Especial	Obrigatória	1º ano	4 anos (d) 5 anos (n)	Anual	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta

Fonte: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Curso de Educação Física. Disciplinas do Curso de Educação Física. Disponível em <http://www.uepg.br/departamentos/dedufis/disciplinas.htm> > Acesso em: 25 de setembro de 2003. Consulta *on line*.

A presença da disciplina que trata do assunto da educação especial, presente no primeiro ano no curso, dificulta a percepção do acadêmico, tendo em vista a sua pouca experiência no meio acadêmico e seu conteúdo ainda insipiente dentro da própria educação física.

2.4.2 Análise dos Dados

¹⁴ A pesquisa realizada sobre a Universidade Estadual de Ponta Grossa, via internet, não possibilitou acesso a certas informações, necessárias para a realização de uma pesquisa completa, prejudicando assim, comentários a respeito da disciplina ofertada na área de educação especial.

Os cursos de Educação Física oferecidos pelas instituições públicas do Estado do Paraná permitem algumas observações, pois apresentam semelhanças e diferenças entre si.

Com relação à obrigatoriedade da disciplina, todas as instituições analisadas apresentam consenso, apesar do currículo antigo da Universidade Federal do Paraná apresentar apenas uma disciplina voltada à educação física especial, que era optativa e nem sempre ofertada.

Em termos de período em que a disciplina é ofertada foram encontradas muitas disparidades: UFPR no segundo ano, UEPG no primeiro e UEM e UEL no último ano. A disciplina ofertada pela UEPG (Educação Física Especial) é ofertada no primeiro ano, e, como já dito anteriormente, é um fator prejudicial no que diz respeito ao aproveitamento do acadêmico, devido à sua pouca experiência acadêmica, didática e até mesmo pedagógica.

No que diz respeito à carga horária, a Universidade Estadual de Maringá destina uma quantidade significativamente maior em relação às outras disciplinas das universidades analisadas, pois enquanto que as outras apresentam 60, 68 horas anuais, esta apresenta 102 horas, uma diferença de 70% a mais em relação à UFPR e 50% a mais em relação à UEL.

Os currículos analisados (exceto o da Universidade Estadual de Ponta Grossa), são relativamente recentes (principalmente o da Universidade Federal do Paraná, que foi implantado no ano de 2002), indicando uma situação favorável e positiva.¹⁵

O ano de implantação do currículo exerce grande diferença entre as disciplinas, por mais que as ementas não puderam ter sido analisadas, o ano de implantação nos diz muito, pois reflete as atualidades em relação ao conteúdo trabalhado e sua relação com a realidade contemporânea.

¹⁵ Devido à recente mudança no currículo da UFPR e essa ter se dado após meu ingresso à instituição, pertenço ao currículo antigo (datado de 1976) e não cursei nenhuma disciplina ligada à área de educação especial, pois a única disciplina voltada a essa área era optativa e não foi ofertada no ano em que a cursaria.

A ausência de aulas práticas, por mais que os currículos sejam atuais, é uma questão delicada e merece ser refletida. Se considerarmos que para que o professor sinta-se à vontade com uma turma é necessário que ele tenha tido experiências desse gênero, no campo da educação especial não será diferente, até porque como afirma Glat (1995, p.21), quando nos deparamos com indivíduos que não se enquadram no nosso restrito conceito de “normalidade”, ocorre uma quebra na rotina da integração social, de forma que acabamos nos sentindo perdidos e sem saber como agir. Considerando isso, vemos o quão importante torna-se a presença das aulas práticas nas disciplinas que envolvem educação especial, pois elas propiciarão o contato com pessoas com necessidades especiais, amenizando esse medo do diferente que todos temos antes de nos depararmos com esses indivíduos tão especiais.

Para organizar melhor a análise dos dados que se pretende, organizei um quadro com todos os dados anteriormente observados de maneira isolada. Aqui, encontram-se de maneira didática, para tornar mais fácil a compreensão do leitor.

QUADRO 5: OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARANAENSES CONSULTADAS

Categorias/Instituições	UEL	UEM	UEPG	UFPR	
Disciplina	Educação Física Especial A	Educação Física Adaptada	Educação Especial	Introdução à Ed. Física Adaptada	Bases Metodológicas da Ed. Física Adaptada
Obrigatória/ Optativa	obrigatória	obrigatória	obrigatória	obrigatória	obrigatória
Ano em que cursa diurno (d)/ noturno (n)	4º ano (d e n)	4º ano (d) 5º ano (n)	1º ano (d e n)	2º ano	4º Ano
Duração do curso	4 anos (d) 5 anos (n)	4 anos (d) 5 anos (n)	4 anos (d e n)	4 anos	4 anos
Regime	anual	anual	anual	anual	anual
Carga Horária (c.h.)	68 horas	102 horas	não consta	60 horas	60 horas
Horas semanais	duas h/aula	três h/aula	não consta	duas h/aula	duas h/aula
Implantação do currículo	1992	1994	não consta	2002	2002
Aulas práticas	não	não	não consta	não	sim
Percentual da c.h. total	2,02%	3,21%	não consta	2,89%	5,78%

Fonte: Internet - informadas

A partir da coleta de dados é possível constatar que todas as universidades consultadas oferecem ao menos uma disciplina, nos currículos de formação de professores de Educação Física, voltada à reflexão e ao trabalho com alunos com deficiência. Intitulada *educação especial* ou *atividade motora adaptada* (ambas disciplinas obrigatórias) elas figuram nos currículos, com carga horária que varia entre 60 e 102 horas.

A partir dos dados coletados, foi possível concluir que para que o professor possa viver a inclusão de alunos com deficiência em suas turmas regulares, ele necessita de uma formação mais sólida na área em questão, pois por mais que exista uma disciplina ofertada durante sua vida acadêmica na universidade, será que é suficiente para capacitá-lo para essa realidade?

3.0 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método indutivo, onde o início do trabalho se deu a partir da experiência realizada na escola, durante o período de estágio, dando assim, origem aos questionamentos apresentados e embasando as conclusões obtidas.

Como cita LAKATOS e MARCONI (1991, p.183) “... a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para realizar a investigação sobre o professor de educação física como facilitador do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares, foi utilizada a pesquisa bibliográfica em livros, revistas e outras publicações que abordam a temática eleita, sendo essa basicamente feita a partir de pesquisas na biblioteca da Universidade Federal do Paraná, empréstimos de livros particulares, e internet.

A partir de leituras e da experiência na escola durante a disciplina de prática de ensino, deu-se o início do trabalho, que procurou, através de questionamentos surgidos durante essa experiência, embasar teoricamente as informações, trazendo juntamente com a temática principal, a questão da formação acadêmica como pano de fundo para possibilitar uma melhor argumentação.

A coleta de documentos legais teve seu objetivo principal na fundamentação da questão da inclusão e suas leis que a apóiam.

Com os documentos legais em conjunto com os componentes curriculares das principais Universidades públicas do estado do Paraná, foi possível realizar um cruzamento dos dados, analisando-os e propiciando confrontar informações, detectar controvérsias e possibilitar a formulação das conclusões.

A experiência vivida na escola (durante a prática de ensino) foi particularmente muito importante para o surgimento das indagações e até mesmo afirmações, sendo ela, a principal responsável pelo surgimento desse trabalho.

Houve também grande importância os encontros com a orientadora do trabalho, que, além de fornecer grande parte da bibliografia utilizada, contribuiu com inúmeras observações e idéias que possibilitaram o enriquecimento do trabalho.

Durante a pesquisa, surgiu a dúvida em relação à presença ou não de disciplinas voltadas para a educação especial, dúvida essa que foi sanada a partir da coleta dos componentes curriculares, o que causou certa surpresa, porque particularmente, achava que não iria encontrar tais disciplinas, a exemplo da realidade do currículo antigo da Universidade Federal do Paraná. Considerando tais dados, foi feita a interpretação dos mesmos e discussões sobre a suficiência ou não dessas disciplinas dada a importância do tema e da dificuldade inicial em se trabalhar com aluno com deficiência.

O ponto principal desse trabalho é o professor de Educação Física e suas atitudes perante seus alunos (com deficiência ou não), sendo sua formação apenas uma constatação e, como já colocado anteriormente, como pano de fundo para discutir seu papel e suas atitudes perante alunos que possuam necessidades especiais em suas turmas.

4.0 CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados e nas observações realizadas foi possível concluir que o professor (seja ele de Educação física ou não) exerce grande influência no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, pois ele é o intermediador entre o conhecimento proposto e o alunado, de forma que por mais que na sua formação (em relação aos currículos analisados) seja um limitador é ao mesmo tempo uma possibilidade, que trará a esse professor noções de como trabalhar com alunos com necessidades especiais.

Aqueles que, ao cursarem uma disciplina que procure esclarecer sobre a pessoa com necessidades especiais, procurarem dar o devido valor a tal disciplina, certamente irão se sentir um pouco menos inseguros em relação àqueles que nunca estudarem ou leram sobre o assunto, tendo esses que lidar com questões como preconceito, medo e outros sentimentos desagradáveis quando tiverem que dar aulas para esse alunado, que certamente freqüentará suas aulas regulares, amparados por lei.

Conclui-se também que o fato das Universidades analisadas apresentarem em seus currículos disciplinas voltadas ao ensino especial, a quantidade ofertada não é suficiente para dar conta das exigências que os alunos com deficiência apresentam, de forma que essas disciplinas acabam existindo meramente para cumprir normas federais, sem se dar conta da importância que elas assumem a partir da nova LDB.

Os limites ainda são grandes (formação insuficiente na área, descaso por parte do Estado, dificuldade em transformar em realidades todas as diretrizes criadas para melhorar a autonomia e cidadania das pessoas com necessidades especiais, medo por parte dos professores, preconceito da sociedade, etc); porém as possibilidades também são significativas; pois o número de pessoas desvinculadas do governo que participam e auxiliam permanentemente esse público com programas, projetos e entidades filantrópicas é bastante numeroso; “remediando”, de certa forma as desigualdades e injustiças ainda tão presentes no meio da educação especial.

Uma dúvida permanece: será que da maneira como está se dando esse processo inclusivo, atualmente, que além de não oferecer adaptações curriculares suficientes e arquitetônicas necessárias não estaria enfim promovendo a exclusão destes alunos agora nas classes comuns de ensino? Estaríamos assim realmente contribuindo para o factível progresso da sociedade?

“É necessário repensar o significado da prática pedagógica, a fim de evitar os erros do passado, quando os alunos com deficiência eram deixados à margem. Deve-se garantir a esses indivíduos apoio e incentivo para que sejam participantes e colaboradores na planificação e no bem-estar desse novo tipo de sociedade, porque o valor social da igualdade é consistente e pertinente com a prática do ensino de qualidade para todos” (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003 p.44).

Muitas indagações permanecem e poucas conclusões são adquiridas, ficando portanto, o espaço para reflexão sobre a necessidade de se ampliar o número de disciplinas voltadas ao ensino especial, desmistificar a pessoa com deficiência e transformar o processo que está ocorrendo em algumas escolas sob a bandeira da inclusão na verdadeira inclusão proposta por lei. Para que essa verdadeira inclusão ocorra, não só os professores devem mudar, mas a própria escola, ao maleabilizar seus currículos e adaptá-los às pessoas com necessidades especiais, e não eles adaptarem-se à escola, como tem sido feito até hoje.

REFERÊNCIAS

BOATO, Elvio Marcos. **A caminho de um ensino mais que especial**. 3ª Edição. Editora Brasília: Hildebrando e autores associados 2000.

CARVALHO, Mônica de e KASSAR, Magalhães. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais** - série educação especial. Campinas, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA 1998.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

FREITAS, Patrícia Silvestre e CIDADE, Ruth de A. **Noções sobre educação física adaptada e desporto para pessoa portadora de deficiência: uma abordagem de 1º e 2º graus**. Uberlândia, Gráfica Breda, 1997.

FUTURA CONGRESSOS E EVENTOS. **III Congresso Brasileiro Sobre Educação Especial – ANAIS**. Curitiba, Grafimar gráfica e editora Ltda. 1999.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial: uma professora mais que especial**. Rio de Janeiro, Editora Sette Letras 1999. Volume IV.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial: a integração social dos portadores de deficiência**. Rio de Janeiro, Editora Sette Letras 1998. Volume I.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. **Revista Nova Escola**, São Paulo, edição 165 setembro, p. 43-47, 2003.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Nova Editora. 1991.

MAZZOTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Editora Cortez, 2ª edição, 1999.

MAZZOTA, Marcos. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo, editora Pioneira, 1987.

MEC/BRASIL. **Educação Especial no Brasil-educação especial um direito assegurado**. Brasília, 1994.

MEC/BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1999.

SILVA, Shirley e VIZIM, Marli (orgs.). **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, Mercado das letras, 2001.

SOLER, Reinaldo. **Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial – planos de aula**. Rio de Janeiro, Sprint 2002.

STAINBACK, Suzan e STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre, editora Artmed, 1999.

UFPR. Prograd. **Iniciativas, atividades e ações da UFPR acerca da pessoa com necessidades especiais**. Caderno de educação especial. Curitiba, Editora UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Curso de Educação Física**. Disponível em: < http://www.uel.br/cae/cursos_de_graduacao > Acesso em outubro de 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Curso de Educação Física**. Disponível em: < <http://www.pem.uem.br/cursos/edf> > Acesso em outubro de 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Curso de Educação Física**. Disponível em: < <http://www.uepg.br/departamentos/dedufis/disciplinas.htm> > Acesso em outubro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Currículo do curso de Educação Física: 2003**. Disponível em <<http://www.ufpr.br/educacaoofisica/curriculo.html>> Acesso em outubro de 2003.

ANEXOS

ANEXO I

Relato da experiência adquirida durante a Disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado

O presente relato descreve minha experiência pessoal realizada em uma escola estadual durante o período em que se realizou a disciplina de Prática de Ensino (UFPR, 2002) como disciplina do currículo do Curso de Educação Física.

Quando foi dado o início da disciplina de Prática de Ensino, foi solicitado à turma que se dividisse em duplas e que fossem escolhidas escolas (da rede pública de ensino) para que fossem feitas observações das aulas de Educação Física e posteriormente ministradas aulas dessa disciplina até o término do ano letivo escolar (que não coincidiu com o término do ano letivo da UFPR em virtude da greve do ano de 2001).

Eu e meu colega, ao optarmos pela escola estadual Professor Elias Abraão, ficamos interessados no fato de que a turma do primeiro horário era composta de seis (e posteriormente de sete) alunos com deficiência mental.

Ao iniciarmos as observações, pudemos perceber que a “turma especial” era bem recebida pela turma regular, causando-nos certa surpresa ao constatar essa integração. Mas, em determinadas situações, como no caso de atividades competitivas, a turma especial era deixada um pouco de lado pela turma regular, pois em termos de desempenho aquela “deixava a desejar” segundo os alunos desta.

Durante o período de observação, percebemos que a professora de Educação Física da turma não proporcionava aos alunos especiais um reforço no aprendizado, causando-nos certa inquietação e dando origem a questionamentos relacionados à educação inclusiva, ao comportamento do professor, sua formação e ao desenvolvimento dos alunos especiais nas escolas regulares.

As aulas eram de quarenta e cinco minutos, no horário das 13:30 às 14:25, sendo que era necessário dispensar a turma alguns minutos antes do término do horário em virtude do deslocamento para as salas de aula, banheiros, etc.

Durante o período de aplicação de aulas, houveram inúmeras situações curiosas, que, acredito, sejam úteis para esse relato, pois foram situações espontâneas, que refletiram a mais pura realidade no relacionamento entre os alunos da classe regular com a especial, no relacionamento deles com a professora e no da professora para com a turma especial.

No início do trabalho, houve um certo receio de nossa parte, principalmente do meu colega de faculdade (que nunca tinha tido contato com pessoas com deficiência mental), pois não sabíamos ao certo se as atividades propostas seriam aceitas e executadas pelos alunos da turma especial.

No decorrer do período de estágio na escola, fomos desenvolvendo o trabalho de forma lúdica e participativa, no intuito de integrar a turma; mas mesmo propondo atividades que contemplavam a participação de todos os alunos, havia um certo “padrão de comportamento” da classe especial em que eles sempre permaneciam unidos, ajudando-se mutuamente.

Sempre que propúnhamos uma atividade, os alunos da classe especial permaneciam em seus lugares, normalmente dispersos da aula, e no momento de iniciar a atividade, um dos alunos (que era menos comprometido em termos de deficiência) explicava e auxiliava os outros alunos, despertando profundo interesse de nossa parte, ao ver a união que aqueles alunos possuíam.

Outra situação bastante curiosa foi quando, em determinado momento do semestre, uma aluna recém chegada à escola e portadora de uma deficiência bastante comprometedora tanto no aspecto motor quanto mental foi afastada das aulas de Educação Física pela própria professora da classe especial, que afirmava que a aluna só iria incomodar a aula e não iria conseguir fazer nada, o que nos deixou bastante perplexos, pois eram atividades que a aluna tinha vontade de participar e que ela tinha direito de participar. Tentamos conversar com a professora da turma especial, mas o horário era muito corrido e tal fato ocorreu no final do período de estágio, impossibilitando-nos de conversar melhor com a professora e saber as razões que a levaram a tomar uma atitude como essa.

Num determinado momento do estágio, em uma conversa informal com a professora de Educação Física, ela contou que a mãe de uma aluna da classe regular da turma do primeiro horário não poderia fazer aulas com pessoas doentes e que aquilo não era certo, pois poderia prejudicar sua filha no decorrer do ano. Ao escutar aquilo, fiquei bastante indignada, pois em pleno século XXI existem pessoas que acreditam que deficiência “pega” se ficar muito perto dela!

A professora explicou à mãe daquela aluna que não existe nenhum tipo de problema em ficar próximo a pessoas com deficiência, pois não era nenhum tipo de doença contagiosa, e que a inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares estava prescrito em lei, e aquilo que a mãe da aluna estava solicitando não era correto nem justo. Apesar da mãe da aluna ter aceitado a explicação, percebemos que a aluna evitava o contato com a classe especial, obedecendo as recomendações maternas.

Pelo fato de sermos neófitos tanto na prática pedagógica da Educação Física, quanto desenvolvendo um trabalho com alunos com necessidades especiais, nossa atenção aos menores detalhes e acontecimentos ocorridos durante as aulas era sempre a maior possível, ajudando-nos muito a melhorar o trabalho no decorrer do período de prática de ensino.

Acredito que essa experiência teve papel fundamental na problematização do presente trabalho de conclusão de curso, despertando inclusive, interesse para estudos posteriores relacionados ao tema da inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares de ensino.

No decorrer do trabalho, fomos percebendo como é difícil colocar em prática a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares, pois sabe-se que as turmas regulares normalmente são compostas por 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) alunos e a inserção de alunos com necessidades especiais exige muita atenção e esforço por parte do professor, tornando o trabalho quase inviável, pois a turma especial requer atenção permanente do professor.

Posso dizer que conseguimos realizar um bom trabalho em relação à aprendizagem de novos conteúdos por parte das turmas (tanto regulares quanto

especial) por estarmos trabalhando em dupla, de forma que quando um ministrava a aula, o outro auxiliava os demais, mas principalmente a classe especial, facilitando muito a aprendizagem dos conteúdos propostos por haver um reforço constante por parte minha e de meu colega.

Certamente, não há experiência melhor para o aprendizado que a prática, que nos permitiu abranger nossas visões de escola, turma, conteúdos, crianças com necessidades especiais, etc.

Estou ainda muito longe de poder afirmar que por ter tido contato de aproximadamente quatro meses com uma turma de crianças com necessidades especiais em uma turma regular, estou apta a trabalhar com a proposta da inclusão; mas certamente, a experiência que eu e meu colega adquirimos será de fundamental importância para possíveis ocasiões semelhantes no futuro como professores de Educação Física.

ANEXO II

Grades Curriculares dos Cursos de Educação Física das Principais Universidades Públicas do Paraná

Universidade Federal do Paraná¹

1º Ano

Anatomia Humana e d Movimento A
Fundamentos Psicológicos da Educação C
Citologia e Histologia Geral
Desenvolvimento Motor
História da Educação Física
Esporte Lazer e Sociedade
Esportes Coletivos
Filosofia na Educação Física
Fundamentos da Ginástica
Introdução à Educação Física
Ritmo do Movimento Humano
Educação Física na Infância

2º Ano

Aprendizagem Motora
Introdução à Educação Física Adaptada
Fundamentos do Jogo
Pedagogias da Educação Física
Aspectos Sociológicos na Educação Física
Bioquímica Fundamental
Fisiologia Básica
Corpo e Tecnologias Educacionais
Esportes Individuais
Esportes Aquáticos
Genética e evolução Aplicada à Educação Física

3º Ano

Metodologia da Pesquisa na Educação Física
Introdução à Biomecânica
Organização e Administração na Educação Física
Introdução a Cineantropometria
Fisiologia do Exercício

4º Ano

Dança

¹ Disponível em <http://www.prograd.ufpr.br/catalogo/grades/grade.htm>

Esportes Ginásticos
Lutas
Socorros de Urgência

Aprofundamento em Licenciatura

3º Ano

Didática A
Bases Filosóficas do Pensamento da Educação Física Escolar
Seminários Temáticos
Projetos Integrados A
Currículo e Programas em Educação Física Escolar
Metodologia do Ensino de Educação Física
Organização e Gestão da escola

4º Ano

Política e Planejamento da Educação no Brasil
Seminário de Pesquisa em Educação Física Escolar
Bases Metodológicas da Educação Física Adaptada
Prática de Ensino
Projetos Integrados B

Aprofundamento em Lazer

3º Ano

Políticas Públicas para o Esporte e Lazer
História do Lazer e do Tempo Livre
Estágio Supervisionado em Lazer A
Formação Profissional do Lazer
Sociologia do Lazer

4º Ano

Seminário de Pesquisa em esporte e Lazer
Lazer e Meio Ambiente
Legislação, Organização e Administração no Esporte e no Lazer
Estágio Supervisionado em Lazer B
Projetos Integrados em Lazer

Aprofundamento em Esportes

3º Ano

Políticas Públicas para o Esporte e Lazer
Estágio Supervisionado em Esportes A

Sociologia do Esporte
Psicologia do Esporte
Metodologia do Treinamento Desportivo

4º Ano

Seminário de Pesquisa em esporte e Lazer
Legislação, Organização e Administração no Esporte e no Lazer
Seminário em Esporte
Estágio Supervisionado em Esportes B

Aprofundamento em Atividades Físicas e Saúde

3º Ano

Estágio Supervisionado em Atividade Física e Saúde A
Epidemiologia da Atividade Física
Exercício para Indivíduos em Condições Especiais de Saúde
Seminário em Atividade Física e Saúde A

4º Ano

Seminário em Atividade Física e Saúde A
Metabolismo, Nutrição e Atividade Física
Seminário de Pesquisa em Atividade Física e Saúde
Musculação
Estágio Supervisionado em Atividade Física e Saúde b

O aluno do Aprofundamento em Licenciatura, sob orientação da Coordenação, deverá cumprir uma carga horária de 180 horas em Atividades Complementares.

Universidade Estadual de Londrina² – Turno Diurno

1º Ano

Noções de Citologia e Histologia
Voleibol
Futebol e Futebol de Salão A
Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio G
Aptidão Física
Introdução à Pesquisa em Educação Física
Introdução ao Estudo da Educação Física
Ginástica Geral
Rítmica
Anatomia C

2º Ano

Fisiologia Geral
Atletismo
Basquetebol
Judô
Didática Geral F
Psicologia da Educação F
Prática de Ensino de Educação Física I: Estágio Supervisionado
Crescimento e Desenvolvimento Motor
Dança
Educação Física Escolar I
Ginástica Rítmica Desportiva

3º Ano

Handebol
Natação
Tênis
Prática de Ensino de Educação Física II:
Estágio Supervisionado
Análise do Movimento Humano
Aprendizagem Motora
Deontologia e Ética Profissional na Educação Física
Metodologia da Educação Física
Técnicas de Avaliação da Atividade Física
Organização e Administração da Educação Física A
Ginástica Olímpica
Recreação

4º Ano

² Disponível em <http://www.uel.br>

Socorros Urgentes
Esportes Complementares
Estudos Avançados em Desportos Coletivos
Estudos Avançados em Desportos Individuais
Treinamento Desportivo
Prática do Ensino de Educação Física III:
Estágio Supervisionado
Higiene Aplicada à Educação Física (semestral)
Educação Física Especial A
Atividade Física não Escolar
Educação Física Escolar II (semestral)
Recreação e Lazer
Projetos Especiais de Conclusão de Curso

Total da carga horária do curso: 3.366 horas

Universidade Estadual de Londrina – Turno Noturno

1º Ano

Noções de Citologia e Histologia
Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio G
Aptidão Física
Introdução à Pesquisa em Educação física
Introdução ao Estudo da Educação Física
Ginástica Geral
Rítmica

2º Ano

Fisiologia Geral
Atletismo
Voleibol
Futebol de Futebol de Salão A
Didática Geral F
Psicologia da Educação F
Crescimento e Desenvolvimento Motor
Educação Física Escolar I

3º Ano

Basquetebol
Natação
Prática do Ensino de Educação Física
Estágio Supervisionado
Análise do Movimento Humano
Aprendizagem Motora
Metodologia da Educação Física

Técnicas de Avaliação da Atividade Física
Organização e Administração da Educação Física A
Dança
Ginástica Rítmica Desportiva

4º Ano

Socorros Urgentes
Esportes Complementares
Handebol
Judô
Tênis
Prática do Ensino de Educação Física II: Estágio Supervisionado
Deontologia e Ética Profissional na Educação Física
Higiene Aplicada à Educação Física (semestral)
Educação Física Especial A
Ginástica Olímpica
Recreação

5º Ano

Estudos Avançados em Desportos Coletivos
Estudos Avançados em Desportos Individuais
Treinamento Desportivo
Prática do Ensino de Educação Física III: Estágio Supervisionado
Atividade Física não Escolar
Educação Física Escolar II
Recreação e Lazer
Projetos Especiais de Conclusão de Curso

Observações: Além das disciplinas constantes da seriação deverão ser cumpridas 144 horas em Atividades Acadêmicas Complementares (Monitoria Acadêmica, Projetos de Ensino, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Disciplinas Especiais, Disciplinas Eletivas, Estágio Voluntário e Eventos), resultando em uma carga horária total para o curso de 3.374 horas.

***Universidade Estadual de Maringá*³ – Turno Diurno**

1º Ano

Fundamentos de Educação Física I
Ginástica
Biologia Aplicada à Educação Física
Fundamentos de Anatomia Humana
Iniciação à Ciência e à Pesquisa
Voleibol
Atletismo
Rítmica e dança

2º Ano

Fundamentos de Educação Física II
Fisiologia Humana Geral e do Esforço
Psicologia da educação A
Prevenção e emergência em educação Física
Basquete
Natação
Ginástica Artística
Ginástica Rítmica Desportiva
Organização e Administração em Educação Física e Esportes
Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira I

3º Ano

Medidas e Avaliação em Educação Física
Didática em Educação Física
Lazer e Recreação
Biomecânica
Futebol
Handebol
Judô
Capoeira
Educação Física Infantil

4º Ano

Psicologia do Esporte
Seminário de Monografia em Educação Física
Futsal
Prática de Ensino em Educação Física
Treinamento Desportivo
Educação Física Adaptada

Atividades Acadêmicas Complementares: 144 horas

³ disponível em <http://www.pen.uem.br/cursos/edf>

Total da carga horária do curso: 3.170 horas

Universidade Estadual de Maringá – Turno Noturno

1º Ano

Fundamentos de Educação Física I
Ginástica
Biologia Aplicada à Educação Física
Fundamentos de Anatomia Humana
Voleibol
Atletismo
Basquete

2º Ano

Iniciação à Ciência e à Pesquisa
Fundamentos de Educação Física II
Fisiologia Humana Geral e do Esforço
Prevenção e emergência em educação Física
Ginástica Rítmica Desportiva
Futsal
Rítmica e dança

3º Ano

Psicologia da educação A
Medidas e Avaliação em Educação Física
Didática em Educação Física
Lazer e Recreação
Biomecânica
Natação
Organização e Administração em Educação Física e Esportes
Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira I

4º Ano

Psicologia do Esporte
Ginástica Artística
Futebol
Handebol
Judô
Educação Física Infantil
Educação Física Adaptada

5º Ano

Seminário de Monografia em Educação Física
Capoeira
Prática de Ensino em Educação Física

Treinamento Desportivo

Atividades Acadêmicas Complementares: 144 horas

Total da carga horária do curso: 3.170 horas

Universidade Estadual de Ponta Grossa⁴ – Turno Diurno e Noturno

1º Ano

Anatomia Humana e do Movimento
Bases Biológicas da Atividade Física
Psicologia da Educação
Sociologia Aplicada à Educação Física
Educação Física Especial
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física I
Rítmica
História e Teoria da Educação Física

2º Ano

Neuro-anatomia
Fisiologia do Exercício
Didática
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica
Organização da Educação Física e dos Desportos
Recreação
Natação
Ginástica Olímpica
Atletismo

3º Ano

Cineantropometria
Biomecânica
Metodologia e Prática de Ensino de Educação Física I
Musculação
Basquetebol
Voleibol
Handebol
Atividades Físicas de 1ª a 4ª séries

4º Ano

Noções Básicas de Saúde e Urgência em Educação Física
Reabilitação Motora
Metodologia e Prática de Ensino de Educação Física II
Métodos e Técnicas de Pesquisa II
Treinamento Desportivo
Laboratório de Atividades Físicas Aplicadas à Educação
Futebol

⁴ Disponível em <http://www.uepg.br/departamentos/dedufis/disciplinas.htm>